

SOBREVIDAS: ESPAÇOS INSURGENTES EM TEMPOS DE VIOLÊNCIA URBANA

Gabriela de Miranda Papi (IC) e Antonio Aparecido Fabiano Junior (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackpesquisa

RESUMO

Este artigo propõe investigação sobre a atuação em articulação de grupos territorializados que, em momento de colapsos sociais, ambientais e econômicos, atuam/lutam pela busca da desejada emancipação, reconhecendo como elemento de condução a arte, educação e ações espaciais. A partir de aproximação com o Fórum Mundaréu da Luz e com a região da Santa Ifigênia/Campos Elíseos, centro de São Paulo, busca-se o entendimento sobre a atuação da arquitetura enquanto instrumento de luta e resistência, quando ligada a pautas relacionadas ao território e articuladas a movimentos insurgentes. Como encaminhamento de pesquisa, foram reconhecidas e mapeadas ações-reações que emergem no território de estudo, bem como seus vínculos com instituições, coletivos e movimentos sociais, a fim de obter questões consistentes que desencadeiam percepções capazes de identificar formas de resistir, permanecer e contribuir com a discussão sobre/com/como a produção do espaço. A metodologia de estudo foi pautada em uma aproximação efetiva com o território em que, a partir da compreensão das dinâmicas reais, estivemos presentes ativamente em debates, reuniões e conversas a fim de propor um projeto-ação. Esta pesquisa relata estratégias de enfrentamentos espaciais que se pautam em outras ordens socioespaciais para gerar insumos para a formação de redes que se apoiam em estratégias políticas de atuação. Busca-se o entendimento do espaço construído como instrumento de tensão/pressão para a construção de políticas públicas que se aproxime da luta e embate com a perspectiva de sentido de cooperação, solidariedade, compromisso cívico e justiça social.

Palavras-chave: Planejamento insurgente. Territorialização. Projeto coletivo.

ABSTRACT

This article proposes an investigation about the operation of territorialized groups that, at a time of social, environmental, and economic collapses, act/fight for the desired emancipation, recognizing art, education, and spatial actions as conductive elements. From an approach with the Fórum Mundaréu da Luz and with the region of Santa Ifigênia/Campos Elíseos, downtown São Paulo, we seek to understand the acting of architecture as an instrument of fight and resistance, when linked to guidelines related to the territory and articulated with insurgent movements. As research, actions-reactions that emerge in the study territory were recognized and mapped, as their links with institutions, collectives and social movements, in order to obtain consistent questions that initiate perceptions able to identifying ways to resist, stay and contribute with the discussion about/with/how the production of space. The study methodology

was based on an effective approach to the territory in which, from the understanding of the real dynamics, we were actively present in debates, meetings, and conversations in order to propose a project-action. This research reports spatial confrontation strategies that are based on other social-spatial orders to generate inputs for the formation of networks that are supported by political strategies of action. It seeks to understand the built space as an instrument of tension/pressure for the construction of public policies that approach the fight and confrontation with the perspective of a sense of cooperation, solidarity, civic commitment, and social justice.

Keywords: **Insurgent planning. Territorialization. Collective** project.

1. INTRODUÇÃO

Vivemos um momento de exacerbada crise. Crise global do capitalismo que estira colapsos sociais, ambientais e econômicos em todas as dimensões da vida. Crise que produz injustiças e desigualdades e que, também por isso, nos faz questionar, imaginar e propor novas práticas de resistência para conseguir existir. Vivemos um tempo em que, diante de uma pandemia mundial causada pela COVID-19, onde a aposta/desejo era da necessidade de construção de pactos sociais coletivos, capazes de responder a uma demanda de enfrentamento de mundo em escala e necessidade global, vimos, após dois anos, não somente uma esquizofrenia das relações sociais, que atacaram diretamente nosso entendimento sobre práticas de planejamento urbano como a urgente necessidade de lutar e, por isso mesmo pensar em colocar como pauta a descolonização do próprio futuro.

Vivemos um tempo em que a violência é anunciada entre espoliações e expulsões urbanas cotidianas. O Estado revela diariamente uma de suas facetas mais cruéis ao avançar desenfreadamente sobre direitos de dignidade humana, como o despejo de milhares de pessoas de seus lares. Só na cidade de São Paulo, entre março de 2020 e dezembro de 2021, pelo menos 2.719 famílias foram removidas e 197.368 famílias foram ameaçadas de remoção (OBSERVATÓRIO DE REMOÇÕES, 2022).

A região dos Campos Elíseos, centro de São Paulo vem sendo alvo da ação contínua e cada vez mais violenta do Estado, onde, em 2017, foi movida a primeira grande ação de remoção e demolição pelo governo, em que dois bairros inteiros foram removidos de forma sistêmica e ilegal (LABCIDADE, 2021). Desde então a região é alvo de uma violência anunciada. Não somente anunciada, como escancarada em repressões cotidianas, através de uma necropolítica que promove ações como a que vimos em maio deste ano, em que a movimentação de uma grande ação policial na Praça Princesa Isabel espalhou a concentração de pessoas em situação de rua e em uso abusivo de drogas pelo centro da cidade (LABCIDADE, 2022). Necropolítica – política da morte adaptada pelo Estado, não como um episódio ou fenômeno que foge a uma regra, mas como ela a regra em si –. A violência urbana apresenta-se como uma ferramenta potente para esta estrutura pois se configura como ações institucionais que tem licença para coordenar a violência cotidiana e sua consequente violação de direitos em uma parte considerável da população (MBEMBE, 2018).

Figura 1. Demarcação da área de estudo e do avanço das remoções em contrapartida aos deslocamentos do fluxo na Santa Ifigênia e Campos Elíseos. Fonte: Labcidade e edições próprias.

Formado por um núcleo de artistas que compõe a Companhia de Teatro Mungunzá e por seu desejo de constituir um espaço físico para abrigar as atividades culturais e sociais do teatro, o grupo realizou um mapeamento dos terrenos públicos ociosos na cidade de São Paulo. O terreno público destacado no mapa, localizado entre a Rua dos Gusmões, dos Protestantes e General Couto de Magalhães, no coração do Campos Elíseos, se encontrava em desuso e foi ocupado pelo grupo em meados de 2016.

Frente ao cenário da covid-19 no Brasil e do fechamento das atividades culturais, o teatro enfrentou tanto uma situação de isolamento social quanto também do cuidado sociocultural com a população do bairro, veiculando ações de direitos humanos em um território de imensa vulnerabilidade social e de extremo avanço das políticas de violência. Tais ações visavam não somente um enfrentamento de uma crise de ofício, como também a redução de danos através da arte, da cultura, e da educação. Se por um lado, as políticas públicas se mostram ineptas e agem de maneira extremamente genocida, do outro, os movimentos insurgentes constituem lutas, resistências e ativismos em direção a uma sobrevivência digna.

Em resumo, a politização da imaginação e do futuro como um terreno de luta por justiça é chave, se vamos planejar um mundo mais justo, e um urbanismo mais humano. O potencial de insurgência para o urbanismo humano jaz na normalidade que ele interrompe e no novo senso comum que ele ajuda a criar. (MIRAFETAB, 2016)

É importante destacar que ações experimentais artístico-socioespaciais de coletivos culturais teatrais, muitos deles localizados na região central da cidade de São Paulo – e o trabalho presente destaca e coloca o Teatro do Container como espaço e objeto de investigação – que partem das vivências urbanas para identificação e proposição de estudos artísticos como chamamento e ode à construção de uma paisagem do comum, constituem uma rede de (re)formulações de outra ordem, não proveniente da mercantilização cultural, mas da necessidade de produção do fazer coletivo. Este posicionamento busca outras vias políticas e práticas sociais de (quem sabe) dissolver a ideia de posicionamento autoral – que aparece na consciência moral em questões entre certo e errado –, em direção a emancipação, capaz de considerar fatores relevantes, dentro de um pensamento comum, para decidir qual deve ser o melhor caminho da ação que visa o melhor para todos.

Reconhece-los como parceiros de atuação para formulações espaciais coloca em outra chave uma ideia de reformulação de bases de esperança, como uma aposta na construção da paisagem da vida da produção social, atrelada diretamente ao fazer coletivo, explorando as possibilidades de diálogo em ato, como se dissesse que falar ou ouvir só tem sentido quando este processo é impulsionado para que todos falem e todos ouçam. Tais reuniões revelam, não somente as novas forças produtivas sociais, mas as organizam, regidas por movimentações de experimentações coletivas, não apenas como uma renovação da produção, mas também na produção, pelos modos inovadores de imaginá-las e estudá-las.

Isto nos leva a formulação de uma reterritorialização da práxis política (NEGRI; GATTARI, 2017), não como um retorno a universalização, mas ao reconhecimento das condições dos corpos, quando atrelados às lutas comunitárias de liberdade, diálogo e desejos comuns, como instrumentos que fazem o território.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa faz uma aposta, através de um estudo de caso, de que para cada ação violenta de vida, há também espaço para uma reação que luta por e para ela. O modelo urbano e econômico em que vivemos hoje não ocorre sem batalhas sociais e políticas. É a partir da tirania espacial estabelecida pela violência urbana que também emergem movimentos de insurgência – que constituem resistências, lutas e ativismos – em reação aos agenciamentos espaciais e colocam em discussão a reconfiguração do espaço (ROLNIK, 2018).

Pensadoras como Faranak Miraftab (2016) nos fazem repensar as práticas do planejamento em busca de um urbanismo mais humano. É nesse contexto que devemos reconhecer que práticas são essas além das sancionadas pelo Estado e pelos poderes corporativos, e a partir disso pensar novas perspectivas para o futuro. Enquanto o poder público busca manter um *status quo* pautado na gentrificação e em injustiças espaciais, os movimentos insurgentes propõe uma ruptura com as práticas que já conhecemos, a partir de novos imaginários relacionados a uma ação direta e coletiva dos cidadãos. É importante destacar que as táticas performadas por esses movimentos são sempre performadas com base em um lugar, de maneira que simbolicamente ressignificam o uso imaginativo do espaço público, reforçando a sutileza e potência que a presença dos corpos nas ruas pode performar contra desposseções e opressões.

Embora esses movimentos não ofereçam, de forma alguma, um plano urbanístico, suas práticas são fundamentais para obstruir a besta da

ganância urbana. Essas práticas podem ou não permanecer válidas para outra luta, outro tempo e lugar, mas precisamos inventar novas formas de ação, compartilhá-las, criar um repertório, um idioma de planejamento (para usar os termos de Ananya Roy) para empurrar os limites da imaginação e evocar um futuro alternativo que seja pela justiça espacial. Lutas pela imaginação e descolonização do futuro, enfático, são o terreno político chave da luta. (MIRAFTAB, 2016)

É neste campo que vale resgatar a dimensão do afeto enquanto criador de vínculos que permitem politizar a nossa prática (HOOKS, 2017) e, a partir disso, nos questionamos: como podemos mediar uma atuação crítica no sentido de transformar realidades e abalar paradigmas nas brechas de um sistema violento e opressor? Como evocar este tal 'futuro alternativo' de Miraftab, que clama pela justiça social e espacial? Como agir e refletir sobre o mundo a fim de modificá-lo, construindo coletivamente sujeitos de luta e embate?

Vladimir Safatle (2020) afirma como hipótese para tais enfrentamentos de mundo a importância do lugar vazio de liderança. Para consolidar um sistema de relações igualitárias e novas formas de cooperação, é necessário romper a fronteira da hierarquia que existe entre o eu e o outro e, a partir disso, é possível alcançar uma emancipação social. Descentralizar o corpo social de uma figura de poder, visto que a emergência não possui uma única representação, é a única maneira de manter a construção de uma luta permanente. É no campo do vazio que se exige, para sua completude, condições mínimas de possibilidade e estrutura coletiva pois "há certa forma de fazer do vazio a forma de presença de algo que empurra a vida social para a emergência do que ainda não tem figura, emergência do que queima nossas formas de representação" (SAFATLE, 2020, p. 55). Na mesma linha, sob a luz de Miraftab, se vamos questionar a política pública como ela é hoje, devemos nos questionar também uma democracia representativa em contrapartida à democracia participativa, na qual a autora destaca a relevância de se pautar ações sociais diretas, múltiplas, e que incluem todos os cidadãos, e não necessariamente delegam e concentram a ação política a uma única representação. Isso tange a prática dos movimentos insurgentes que discutimos quando estes não lutam apenas por uma melhor representação, mas sim por uma inclusão autodeterminada, em que os direitos sejam reais e praticados, buscando alcançar necessidades coletivas e não individuais.

No caso ainda destes movimentos, quando colocamos a arte e a educação não como ferramenta de amparo, mas de emancipação social, resgatamos a dimensão política do processo educativo e de formação (HOOKS, 2017). Para lutar contra uma

relação opressora e violenta, é necessário enfatizar o que Paulo Freire (2020) dizia como primeiro e importante estágio para a transformação: o momento em que começamos a pensar criticamente sobre nós e sobre como nos identificamos diante das circunstâncias políticas, como participantes ativos e não como consumidores passivos. Ou seja, a educação só pode ser transformadora e libertária quando o conhecimento é compartilhado de maneira coletiva. (HOOKS, 2017).

Não podemos nos desencorajar facilmente. Não podemos nos desesperar diante dos conflitos. Temos de afirmar nossa solidariedade por meio da crença num espírito de abertura intelectual que celebre a diversidade, acolha a divergência e se regozije com a dedicação coletiva à verdade. (HOOKS, 2017)

3. METODOLOGIA

A definição da Santa Ifigênia e dos Campos Elíseos como território de estudo se deu a partir de uma aproximação do Mosaico EMAU (Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo do Mackenzie) com o Fórum Mundaréu da Luz e com o Observatório de Remoções, da FAU USP, desde 2017. O trabalho anterior a esta pesquisa foi base para uma série de discussões junto com a população que resultaram em uma proposta urbanística e social para a região da Luz, que compõe o Campos Elíseos Vivo¹.

A experiência do Fórum Mundaréu da Luz, criado em 2017 e que agrega universidades, ONGs, entidades, coletivos teatrais, institutos de pesquisa, assessorias técnicas e movimentos sociais entre outros agentes, a partir do processo de construir uma proposta com os moradores – batizada como Campos Elíseos Vivo – apontou possibilidades para quem mora e quem vive nas ruas. O projeto de habitação considerou qualidades ambientais, patrimônio histórico, morfologia urbana, estratégias econômicas, e, essencialmente, os modos de vida, as maneiras como as pessoas construíram suas formas gregárias, solidárias e espaciais. O projeto garantiria a permanência de todas e todos e a perspectiva do amparo, com moradia e programas de saúde, trabalho e renda para as pessoas que enfrentam o drama da violência, dada pelo uso do crack e, essencialmente, implementada pelo Estado, que coloca seu aparato repressor para violentar as pessoas mais fragilizadas. (FABIANO JUNIOR; RUBANO, 2022)

¹ Disponível em: https://polis.org.br/wp-content/uploads/2020/03/completo_caderno-plano-alternativo-luz-r09-2018-04-10_web1-1.pdf

A retomada do grupo este ano – 2022 –, no entanto, se deu a partir de uma nova pauta colocada pelo Teatro de Contêiner Mungunzá, de maneira que o trabalho se deu através de aproximações com o território em momentos diversos: inicialmente, foi feita uma visita à área, em fevereiro de 2022, acompanhada de uma primeira conversa. Em seguida, foram organizadas reuniões intercaladas, ora somente com o Mosaico, ora em conjunto com os demais coletivos do bairro, a fim de desenvolver o projeto de maneira coletiva. Durante as conversas foi possível perceber que, atualmente, o trabalho do Teatro se articula no bairro junto com uma rede de coletivos e artistas que buscam construir ações e possibilidades de emancipação através da arte e da educação – Tem Sentimento, Birico Arte, Paulestinos, Badarós, Pagode na Lata, Ilú Obá De Min – e que, de maneira comum, demandam por um espaço em que pudessem concentrar suas atividades. Em paralelo a isso, ao lado da quadra ocupada pelo Teatro, encontra-se um prédio em desuso que, durante a década de 50 funcionava como um antigo hotel. A pauta atual então, nasce a partir da possibilidade de ocupação deste edifício através de uma experimentação de ocupação artística.

A criação e reconstrução cotidiana de laços de solidariedade tem papel estrutural na manutenção dessas ações em pequenas escalas, mesmo quando atuam em rede, a partir das narrativas e conceitos que compõem, integram, dinamizam e multiplicam esta própria rede, na criação de um projeto capaz de pensar sob uma perspectiva do direito à cidade, com base em pactos de cooperação e desmercantilização da vida, como um veículo de sensibilidades, onde a luta espacial – e a lógica que busca a reconstrução de algum sentido para a própria luta –, pode emergir como uma luta de classes com base em outros elos. É como se, a partir do reconhecimento de uma fresta de mudança, pensássemos o que podemos fazer com esta pequena abertura. As ações desses coletivos estão ancoradas na experiência da espoliação da violência urbana, mas, também, na construção de uma outra paisagem. A construção mútua entre identidade e reconhecimento (HONNETH, 2003) e experiência e sofrimento (DUNKER, 2015) corrobora para redefinir estratégias e movimentos implicados com a transformação de comportamentos e valores, e suas representações e visões de mundo mobilizadas, em ações práticas, mesmo que muitas vezes oníricas. Reconhecer as ações destes coletivos significa incorporar as experiências reais do território na aposta por reinseri-las nos debates dos processos espaciais, temporais e de construção das visões de mundo e tal reconhecimento passa pelo posicionamento territorial delas, para fincar, de maneira efetiva, o território no território.

A partir disso, foram levantadas leituras importantes sobre esta hipótese de atuação, como (i) os limites e possibilidades do território; (ii) o desenrolar burocrático em relação ao poder público e à situação do prédio; (iii) a articulação entre moradia, arte, educação e geração de renda; e (iv) o lastro de possibilidades para projetar perspectivas e transformações.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

O contexto atual sobre as cenas abertas do crack, na região dos Campos Elíseos, é o anúncio de um país que se encontra em convulsão. Uma grande ação policial na praça Princesa Isabel, em maio deste ano, espalhou a concentração de pessoas em situação de rua e de uso abusivo de drogas pelo centro da cidade de São Paulo. A cidade então, que é hoje o maior cenário de negócios, se apresenta também como o grande cenário das violências cotidianas, o que nos faz questionar – e lutar – sobre uma ideia, cada vez mais abstrata, de dignidade humana e sua restrição dos direitos humanos apenas para os que são considerados “humanos direitos” (LEITE apud SOLON, 2019).

Tal discussão acompanha o desenvolver desta pesquisa ao passo em que, de maneira extremamente atual, nos apresenta a região como um potencial espaço de experimentação e discussão sobre a atuação coletiva, a partir de redes de solidariedade e resistência, frente a tal cenário devastadoramente genocida, provedor de violações de direitos humanos e de políticas de morte. Através então da compreensão das dinâmicas reais, aposta-se na construção de um projeto-ação como instrumento de transformação e emancipação, e na produção de um debate sobre a importância do espaço territorial como ferramenta de tensão das políticas públicas ineptas.

4.1 A primeira aproximação

No dia 17 de fevereiro de 2022 foi realizada uma reunião, no local do Teatro, com participação de Aluízio Marino (Labcidade), Ananda (Birico Arte), Antonio Fabiano (Mackenzie), Átila (Birico Arte), Gabriela Papi (Mackenzie) e Marcos (CIA Mungunzá de Teatro).

A primeira aproximação ocorreu tanto a partir da visita ao prédio que, antigamente, funcionada como um hotel e hoje se encontra em desuso, quanto com a dinâmica de funcionamento do espaço ocupado hoje pela Companhia. O Teatro de Contêiner Mungunzá, como já adianta o nome, se compõe em uma estrutura formada por 10 contêineres marítimos, que articulam entre si o palco, espaço para plateia, bilheteria, sanitários, lanchonete, camarins e áreas técnicas. Na área externa da

quadra encontram-se demais estruturas, também de contêiner, que foram constituídas após algum tempo de ocupação. Em complemento às atividades do Teatro, então, existe, de um lado, um conjunto composto por uma sala multiuso no térreo, e acima, um estúdio musical e audiovisual acima, que abriga reuniões e atividades de grupos diversos de artistas, ativistas, educadores, assistência social, saúde e movimentos de moradia da região – nossa primeira conversa foi realizada neste espaço. Do outro lado, adentrando a quadra do Teatro e em proximidade com o edifício citado, encontra-se mais 1 contêiner ocupado pelo Birico Arte, um coletivo artístico e escola gráfica, e mais 2 contêineres ocupados pelo coletivo Tem Sentimento, ateliê de costura formado por mulheres cis e trans.

O contexto de enfrentamento da pandemia no Brasil e no mundo, levou ao isolamento social e ao fechamento das atividades comerciais e culturais. Vimos um cenário de desempregos, de remoções de famílias de seus lares, e do aumento de pessoas passando fome. Um cenário de enlarguecimento das desigualdades sociais, principalmente em regiões de grande vulnerabilidade social como a Santa Ifigênia e o Campos Elíseos. Foi nesse momento que vimos também importantes respostas sendo construídas e articuladas em direção a uma sobrevivência digna. Buscando reduzir e minimizar danos causados pela situação da covid-19, o Teatro de Contêiner Mungunzá articulou uma rede de fortalecimento aos coletivos e trabalhadores da região. É nesse momento que o grupo expande os espaços citados acima, abrigando as atividades da costura e da arte, e incorporando não somente um suporte emergencial e solidário para redução e minimização de danos, como também a geração de renda, autonomia e emancipação para estas mulheres e artistas. Dentro então da lógica de uma política outra e de uma economia colaborativa e solidária, foram confeccionadas máscaras e foram distribuídas refeições, cestas básicas e kits de higiene para a população em situação de rua e moradores do bairro.

Visando ampliar e valorizar esta lógica de uma micropolítica que se molda em torno do coletivo e que busca a desburocratização do acesso à arte e à educação, através da possibilidade de ocupação dos espaços ociosos do edifício em desuso ao lado do Teatro, é que se constitui a pauta da nossa primeira reunião.

4.2 Reunião Geral do Fórum Mundaréu da Luz

Após essa conversa, fizemos uma reunião geral com o Fórum Mundaréu da Luz, em 22 de fevereiro de 2022, via zoom. Estiveram presentes membros do poder público, coletivos artísticos, companhias de teatro, instituições de ensino e pesquisadores do fórum.

Esta reunião colocou em pauta a iniciativa do projeto e possibilidade de ocupação artística como um primeiro ponto de reverberação de uma ação de resistência na região. Foi levantada a importância do reconhecimento dos limites e possibilidades territoriais, de maneira que poderíamos a partir disso elencar diretrizes organizadoras que abraçassem, sem negar, o território, reconhecendo sua fluidez e articulando questões habitacionais, culturais e de redução de danos.

A primeira questão colocada foi o desenrolar burocrático do edifício em relação à Prefeitura, visto que ele foi desapropriado durante o projeto Nova Luz e existe a possibilidade de seus documentos terem sido extraviados. O que se sabia então, até esse momento, era apenas que as fachadas do edifício foram tombadas.

Outra questão discutida, apresentada pelo Instituto Luz do Faroeste, foi o avanço na fome na região e a possibilidade de projeto para uma cozinha coletiva, como uma política acolhimento à população vulnerável do bairro. Ano passado vimos, em um mesmo momento, o número de bilionários e de pessoas passando fome aumentar. Dados de vida que, hoje, revelam cerca de 3 a cada 10 pessoas no Brasil convivendo com algum tipo de insegurança alimentar, e 15,4 milhões de pessoas passando fome, segundo relatório das Nações Unidas (Insegurança alimentar afeta 61 milhões no Brasil, diz ONU – Folha de São Paulo, julho de 2022).

A partir de então, dividimos, dentro do Fórum, 3 grandes frentes de atuação: (i) trâmites burocráticos; (ii) recursos financeiros; e (iii) possibilidade de projeto para ocupação do edifício. É nesta terceira frente que iniciamos, a partir do Mosaico, a nossa experimentação.

4.3 Encontros Mosaico

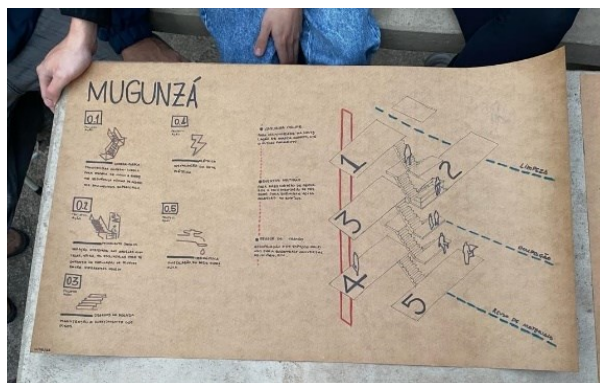
Entre abril e junho de 2022 foram realizadas reuniões, praticamente semanais, com a participação de Antonio Fabiano, professor do Mackenzie, e com as alunas e alunos Gabriela Papi, Isabela Do Val, Joel Lucas e Rafael Trigo. As reuniões foram intercaladas entre momentos de debate e projeção do grupo, que aconteciam no Mackenzie, e entre construções coletivas com os coletivos e moradores do bairro, que aconteciam no Teatro.

Em torno da ideia de um projeto-ação que aproximasse a pauta colocada de uma atuação no território, começamos a desenvolver desenhos e debater intenções, derivas e desejos. Dentre elas surgiram questões sobre a produção dos espaços e, dentro de uma cidade financeirizada, quais seriam os espaços que nos interessariam. Através disso, levantamos tanto uma hipótese de distribuição de programa, como também de metodologia de intervenção no espaço. Em sintonia com a lógica de

ocupação dos movimentos de moradia, elencamos cinco diretrizes essenciais para garantir uma segurança de adentramento do edifício: (i) providenciar guarda-corpos para a escada, de maneira a garantir uma segurança mínima para acesso aos pavimentos superiores; (ii) fechamento das janelas com uma vedação adequada, também visando uma segurança de circulação entre diferentes níveis, visto que esta se encontram ao lado da escada; (iii) manutenção e revestimento dos pisos da escada; (iv) instalação de rede elétrica; e (v) instalação de rede hidráulica.

Em paralelo, levantamos ações transversais que já começaram a ser feitas durante esse período de discussão, a fim de potencializar a ocupação do edifício e inclusive levantar recursos financeiros, como (i) a limpeza dos ambientes, (ii) ocupação visual através de colagens e lambes, demonstrando uma intenção e início do uso dos espaços pelos coletivos artísticos; (iii) instalação de guarda-corpo nas escadas até o segundo pavimento, desenvolvido por uma serralheria local e instalada no térreo no próprio edifício; (iv) uma vaquinha virtual para arrecadação de recursos e continuidade da instalação do guarda-corpo até o último pavimento. Ainda assim, pensamos outras hipóteses de ações que não foram realizadas: (i) a organização de “eventos-mutirão”, como uma festa junina ou uma feijoada, que poderiam ocorrer no espaço do Teatro, movimentando pessoas, eventuais ações coletivas no edifício e arrecadação de recursos; (ii) desenvolvimento de oficinas, conversas coletivas e/ou aulas públicas, em parceria com instituições como o Sesc e, eventualmente, ocupando e apropriando os espaços do próprio edifício com estes eventos; (iii) estudo e mapeamento de materiais descartados no bairro como uma possibilidade de reuso em uma ação projetual.

Sobre as hipóteses de programa, discutimos sempre uma lógica de construção quanto de distribuição espacial participativa e coletiva, ou seja, articulando entre si espaços de uso coletivo e de habitações, entendendo suas especificidades, mas garantindo um pacto social em torno de um denominador comum. Dentre estas dinâmicas de desejo e possibilidades de apropriação dos espaços, foram levantadas referências que, através de seu programa, possibilitam uma certa experiência urbana



voltada para uma “produção de cultura”, como o Centro Georges Pompidou, em Paris, e o Sesc Pompeia, em São Paulo.

Figura 2. Diagrama desenvolvido pelo Mosaico sobre o projeto-ação em curso.

Figura 3. Reunião com coletivos no espaço do Teatro, no dia 11 de maio de 2022.

4.4 Reunião Fórum Mundaréu da Luz

No dia 21 de junho de 2022 foi realizada uma reunião, no espaço do Teatro. Estiveram presentes moradores do bairro, membros dos coletivos locais, do poder público, da comissão de direitos humanos, instituições de ensino e pesquisadores.

No dia 15 de maio foi mobilizado um ato em que centenas de pessoas se reuniram em protesto contra a violência das ações policiais com a população vulnerável da região conhecida como Cracolândia. O ato de denúncia foi organizado pelo movimento Craco Resiste, que denuncia e resiste à ação violenta da polícia e à “campanha de terror” estabelecida pela prefeitura de São Paulo desde 2016 (Ato em São Paulo pede o fim da violência policial na Cracolândia – Brasil de Fato, maio de 2022). A conversa começou através do resgate deste ato, em torno da pauta da necessidade de mobilizar uma nova estratégia comunicacional para enfrentamento dos desafios atuais na região.

“Vão passar o rolo compressor e a gente vai continuar gritando”, disse um dos moradores no bairro e usuário, logo no início da conversa, reiterando em seguida a importância da questão racial dentro do massacre relatado. Em dezembro de 2019, um estudo da Unifesp traçou o perfil de quem vive na região em situação de uso do crack, chegando à estatística de que 76,8% são negros ou pardos.

Entre as falas foram sendo levantadas questões como a capacidade do Estado de tomar o território e em contrapartida, resgatam a necessidade de potencializar as frentes ligadas à redução de danos através da arte e da cultura na região, bem como de fortalecer o debate sobre direito à cidade, melhoria habitacional e o acesso a infraestruturas básicas, como a água. Elencam a cidade como um verdadeiro tabuleiro, em que a militarização avança de um lado, o mercado imobiliário do outro, e o que nos resta é a urgente necessidade de criar um curto-circuito neste embate de políticas protofascistas e higienistas.

Sob a luz de uma contra narrativa então, são levantadas hipóteses de resistência, em que se destacam: (i) registro audiovisual da repressão pelas ações violentas da polícia militar e da guarda civil municipal contra usuários e pessoas em situação de rua; (ii) ocupação das ruas e dos estados, mobilizando a presença de mais ativistas e moradores nas audiências públicas, de maneira que exista uma escuta real

sobre o território, contornando manobras desleais de uma política sem ética em curso; (iii) desenvolvimento de uma agenda de políticas públicas para as novas candidaturas, com estratégias mais humanas de atuação na região; e (iv) cartografar os principais parceiros territoriais, ou seja, principais ruas, esquinas e pontos de apoio no território que poderiam dar suporte aos registros audiovisuais, dentre os quais destacaram o Bar da Nice e o Teatro Faroeste.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aproximação desta pesquisa surge como um vestígio de luz e esperança diante de um mundo em colapsos. Identificar a existência de ações como estas vinculadas ao Teatro de Contêiner, bem como seus modos de operar através de uma micropolítica de afeto e solidariedade, nos geram insumos para poder potencializar novas ações através de redes de apoio, que visem construir de maneira semelhante uma alternativa capaz de propor pressão e tensão diante de uma política pública conturbada.

Tais ações experimentadas e especuladas no território nos anunciam energicamente novas formas de resistir e discutir a produção do espaço e o direito à cidade, manifestando a importância da projeção espacial enquanto instrumento de transformação. Quando articuladas de maneira criativa e propositiva, em que a parceria entre os mais diversos atores sociais se apresenta ativamente nos debates e proposições, as práticas se tornam ainda mais políticas e consistentes, nos revelando um momento presente em que a solidariedade, o afeto e a cooperação ainda são resilientes.

Entre as dinâmicas que interferem na forma de organização do espaço prevalece uma intenção que pode ser respondida à luz da reflexão projetual como o direcionamento em produzir espaços a serviço dos projetos hegemônicos da globalização, voltados para o funcionamento da política econômica em prevalência das forças do capital. Como resultado prático temos a própria Arquitetura agindo como um cruel instrumento de expectativa de valor por meio do projeto, instrumentalizando materialidade e dimensões e saberes da construção, quanto se distanciando das urgentes e necessárias demandas sociais para trabalhar, pela própria etimologia da palavra projeto (ETIM lat. *projectus*, ação de lançar para a frente, de se estender), como ferramenta para a lógica financeira.

Quando pensamos na possibilidade de um futuro alternativo, Ailton Krenak (2020) nos atenta que teremos que estar reconfigurados para poder circular e habitar

esse mundo, de maneira que se conseguirmos encarar isso, o que vivemos hoje não será apenas uma crise, mas uma esperança fantástica e promissora.

A busca por reconhecer outras alternativas para a própria lógica de projeto pretende recolocar o fazer arquitetônico como possíveis experiências que furam a bolha das lógicas hegemônicas vigentes, tentando sistematizá-las para que sejam capazes de repropor-se como espaço construído e como campo do pensamento para uma efetiva, necessária e urgente intencionalidade e não apenas como momentos de exceção.

Em tempos de vertigem global, aposta-se que para caminhar em direção aos nossos desejos e derivas de uma emancipação inspirada na luta, no embate, na educação e na arte enquanto construção social e política, é fundamental agirmos de maneira coletiva, fortalecendo redes e parceiros territoriais insurgentes. Drummond, em seu poema *Mãos dadas* (sentimentos de mundo), nos dá, quem sabe, uma pista: “O presente é tão grande, não nos afastemos. Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas”. Que os momentos de esperança, em ações coletivas, sejam então a nossa energia presente, como um convite permanente à resistência. E que projetemos um futuro, para todos nós, de forma urgente e cadente, no presente.

6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de, 1902-1987. **Sentimento do mundo / Carlos Drummond de Andrade**. — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DUNKER, Christian. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FABIANO JUNIOR, Antonio; RUBANO, Lizete Maria. **Cidade, espaço público e contravenção: moradia e cena aberta do crack na Luz**. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/04/artigo-cidade-espaco-publico-e-contravencao-moradia-e-cena-aberta-do-crack-na-luz>. Acesso em: 5 jul. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz&Terra, 2020.

GEOSAMPA. **Mapa Digital da Cidade de São Paulo**. Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 06 abril 2021.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2017. 283 p.

INSTITUTO PÓLIS. **Remoções forçadas: uma outra camada de risco à pandemia.** 2022. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/remoco-es-pandemia/>. Acesso em: 5 jul. 2022.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LABCIDADE. **Mapeamento colaborativo RMSP.** 2022. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/mapa-denuncias/>. Acesso em: 31 mar. 2022.

LACERDA, Nara. **Ato em São Paulo pede o fim da violência policial na Cracolândia.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/15/ato-em-sao-paulo-pede-o-fim-da-violencia-na-cracolandia>. Acesso em: 18 jul. 2022.

MARINO, Aluízio; AMPARO, Amanda; MACHADO, Ariel; MELLO, Daniel; MAGRI, Giordano; MEOLA, Luca; ROLNIK, Raquel. **A Cracolândia não diminuiu, só se espalhou.** 2022. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/acoes-violentas-do-poder-publico-multiplicam-cracolandias-pelo-centro-de-sao-paulo/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** N1 edições. 2018.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 18, n. 3, p. 363-377, jul. 2016.

MUNGUNZÁ. Disponível em: <https://www.ciamungunza.com.br/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

NEGRI, Antonio; GUATTARI, Felix. **As verdades nômades: por novos espaços de liberdade.** São Paulo: Autonomia Literária e Editora Política, 2017.

ROLNIK, Raquel. **Paisagens para a renda, paisagens para a vida.** São Paulo: Indisciplinar, 2018.

SAFATLE, Vladimir. **Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2020. 172 p.

STABILE, Arthur. **Pesquisa na Cracolândia mostra maioria negra e número questionável do ‘mercado do crack’.** Disponível em: <https://ponte.org/pesquisa-na-cracolandia-mostra-maioria-negra-e-numero-questionavel-do-mercado-do-crack/>. Acesso em: 18 jul. 2022.

Contatos: gabriela.mpapi@gmail.com e antonio.fabiano@mackenzie.br